

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÁ

ESTADO DO PARANÁ SUMÁRIO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES CAPÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS VIAS CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA PAVIMENTAÇÃO CAPÍTULO V DA Circulação e Sinalização Viária capítulo vi Dos Passeios e Arborização CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS ANEXO I – MAPA DO SISTEMA RODOVÁRIO MUNICIPAL DE IPORÁ ANEXO II – MAPA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO DO DISTRITO SEDE DE IPORÁ ANEXO III – MODELO DE RAMPAS PARA CADEIRANTES ANEXO V – MODELO DE SINALIZAÇÃO PARA VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS QUE CONDUZAM OU SÃO CONDUZIDOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2011 SÚMULA DISPOE SOBRE O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IPORÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR. CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º. A presente Lei tem por objetivo disciplinar o Sistema Viário Básico do Município de Iporá, em complementação ao Plano Diretor Municipal de Iporá, à Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano, garantindo a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses da comunidade. Parágrafo único. Para toda e qualquer alteração, reforma, interseção, adequação nos espaços destinados a circulação de veículos e pedestres devem ser observadas as normas técnicas brasileiras como a NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, bem como a legislação do PRECÍPIO PRESENCIAL nº 032/2011 e DENATRAM – Departamento Nacional de Trânsito.

Art. 2º. Integram a malha viária do Município, o Sistema Viário Urbano, descrito e representado no anexo II desta lei e o Sistema Rodoviário Municipal no Anexo I. Art. 3º. É considerado Sistema Viário Urbano, para fins desta Lei, o conjunto de vias e logradouros públicos definidos no Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito Sede de Iporá, Anexo II. Art. 4º. É considerado Sistema Rodoviário Municipal, para fins desta Lei, as rodovias existentes e as vias de estruturação no Município. Art. 5º. São partes integrantes desta Lei os seguintes Anexos: I. Anexo I – Mapa do Sistema Rodoviário Municipal de Iporá; II. Anexo II – Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito Sede de Iporá; III. Anexo III – Modelo de Perfil das Vias; IV. Anexo IV – Modelo de Rampa Para Cadeirantes; V. Anexo V – Modelo De Sinalização Para Vagas De Estacionamento De Veículos Que Conduzam ou São Conduzidos Por Pessoas Com Deficiência.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES Art. 6º. Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições: I. Acesso – dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre: logradouro público e propriedade privada; II. Acostamento – parte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim; III. Alinhamento – linha divisória entre o terreno e o logradouro público; IV. Área “Non Aedificandi” – É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza; V. Calçada – parte da via normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins; VI. Canteiro Central – obstáculo físico construído como separador de duas pistas de rolamento, eventualmente substituído por marcas viárias (canteiro fictício); VII. Ciclovia – pista própria destinada à circulação de bicicletas, separada fisicamente do tráfego comum; VIII. Estacionamento – o espaço público ou privado destinado a guarda ou imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros ou carga, constituídos pelas áreas de vagas e circulação de pedestres; IX. Estrada – via rural não pavimentada; X. Faixas de Domínio – superfície linear da via rural, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via; XI. Faixas de Trânsito – qualquer uma das áreas longitudinais em que a pista pode ser subdividida, sinalizada ou não por marcas viárias longitudinais, que tenham uma largura suficiente para permitir a circulação de veículos automotores; XII. Faixa de Rolamento – espaço organizado para a circulação de veículos motorizados; XIII. Largura da Via – distância entre os alinhamentos da via; XIV. Logradouro Público – espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçada, parques, áreas de lazer, calçadas; XV. Lote Lindeiro – aquele situado ao longo das vias urbanas ou rurais e que com elas se limita; XVI. Meio Fio – é a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa a calçada da faixa de rolamento; XVII. Passeio – parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separado por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas; XVIII. Via – superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a faixa de rolamento a calçada, o acostamento e canteiro central.

Art. 7º. A lei do sistema viário do Município de Iporá tem por objetivo: I. Melhorar o aproveitamento do sistema viário existente, com aumento de suas condições de capacidade e segurança; II. Promover a hierarquização da rede viária; III. Disciplinar o tráfego de veículos de carga nos núcleos urbanos; IV. Promover a implantação de ciclovias; V. Definir parâmetros para abertura de novas vias tanto de iniciativa pública como privada. Art. 8º. A abertura de qualquer via pelo Poder Público ou por empreendedor privado de loteamento deverá ser objeto e obedecer ao disposto nesta Lei. CAPÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS VIAS Art. 9º. A estrutura do sistema viário, classificada de acordo com a função que a via desenvolve na distribuição do tráfego e no espaço urbano, fica composta de: I. Rodovias; II. Vias de Estruturação Municipal; III. Vias Marginais de Rodovia; IV. Vias estruturais; V. Vias Arteriais; VI. Via Principal; VII. Vias Coletoras; VIII. Vias Marginais de Proteção Ambiental ou Marginais de Fundo de Vale; IX. Vias Locais; X. Ciclovias.

Parágrafo único. Junto às rodovias, estradas vicinais, estradas de ferro, dutos e linhas de transmissão de energia elétrica, será obrigatória a reserva de faixa paralela de terreno, non aedificandi, com 15,00m de cada lado, no mínimo, medidos a partir da linha divisória da faixa de domínio. Art. 10. As Rodovias são aquelas que completam e interconectam as regiões compreendendo aquelas de responsabilidade da União ou do Estado, com ou sem ligação com Municípios, estados ou países vizinhos, estando em Iporá representadas pelas PR-323, PR-490 e BR-272. Parágrafo único. Os loteamentos em áreas em proximidade com as áreas urbanas, incluindo Distritos, localizados de frente as rodovias estaduais deverão construir passeios de largura de 5,00m (cinco metros) após a área non aedificandi de 15,00m (quinze metros) e faixa de domínio. Art. 11. As Vias de Estruturação Municipal são as que no interior do Município estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligação das diversas partes do território. Art. 12. As rodovias municipais estruturais indicadas no Anexo I desta lei deverão comportar no mínimo: I. Uma pista de rolamento de no mínimo 5,00m (cinco metros) e no máximo 12,00m (doze metros); II. Dois passeios para pedestres de 3,00m (três metros); III. Faixa de domínio de 9,00m (nove metros), sendo, que ficam os proprietários rurais obrigados a cederem faixa de domínio de 14,00m (catorze metros), quando da adequação das estradas rurais; IV. As vias marginais de rodovias objetivam dar acesso ao Parque Industrial e ao comércio atacadista, localizados nas proximidades das rodovias municipais, estaduais ou federais. Parágrafo único. For se tratar de um tráfego pesado e de acesso à rodovia deverão ser caracterizadas como de trânsito urbano exclusivamente, com sinalização e de acordo com os parâmetros do Código Brasileiro de Trânsito.

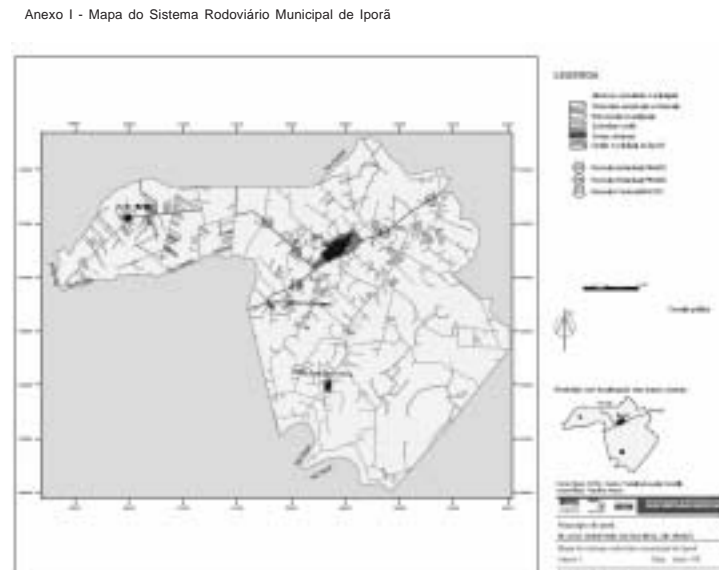
Art. 13. As vias arteriais são aquelas que completam e interconectam as regiões da cidade, visando à fluidez do trânsito. Art. 14. As vias estruturais visam a interligação de diferentes setores e conjunto de bairros da cidade, visando à fluidez do trânsito. § 1º. As vias estruturais deverão ter a dimensão mínima de 30,00m (trinta metros), sendo: I. Calçada: 3,00m (três metros) de cada lado; II. Faixa de Rolamento: 7,00m (sete metros) de cada lado; III. Canteiro central: 6,00m (seis metros); IV. Estacionamento paralelo: 2,00m (dois metros) de cada lado. § 2º. Nas vias estruturais, a velocidade máxima permitida será de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora). Art. 15. As vias arteriais são aquelas que completam e interconectam as regiões da cidade, visando à fluidez do trânsito, sem apresentarem as mesmas características das vias estruturais, devendo atender a mobilidade do tráfego, sendo caracterizadas por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo e rotatórias com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias coletoras e arteriais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade. § 1º. As vias arteriais deverão ter a dimensão mínima de 30,00m (trinta metros), sendo: I. Calçada: 3,00m (três metros) de cada lado; II. Faixa de Rolamento: 7,00m (sete metros) de cada lado; III. Canteiro central: 6,00m (seis metros); IV. Estacionamento paralelo: 2,00m (dois metros) de cada lado. § 2º. Nas vias arteriais, a velocidade máxima permitida será de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora). Art. 16. A via principal é caracterizada em Iporá pela rua de maior fluxo de pedestres e veículos e concentração de comércio e serviços, devendo receber tratamento específico de sinalização viária de acordo com as leis de trânsito e acessibilidade universal, no trecho que corresponde a Avenida Presidente Castelo Branco entre a Avenida João XXIII e Avenida Padre Danilo Rossato. Art. 17. Vias coletoras são aquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias estruturais ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade. § 1º. As vias coletoras deverão ter a dimensão mínima de 15,00m (dezois metros), sendo: I. Calçada: 3,00m (três metros) de cada lado; II. Faixa de Rolamento: 7,00m (sete metros) de cada lado; III. Estacionamento paralelo: 2,00m (dois metros) de cada lado. § 2º. Nas vias coletoras, a velocidade máxima permitida será de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora). Art. 18. Vias marginais de fundo de vale visam servir como delimitação entre as áreas de preservação ambiental das demais áreas urbanas. § 1º. As vias marginais de fundo de vale deverão ter largura mínima de 15,00m (quinze metros), sendo: I. Calçada: 3,00m (três metros) de cada lado; II. Faixa de Rolamento: 9,00m (nove metros). § 2º. São consideradas vias marginais de fundo de vale todas as vias que delimitam a faixa de preservação permanente do curso d'água e outras áreas de proteção ambiental, situadas em áreas de trânsito urbano. § 3º. Nestas vias, a velocidade máxima permitida será de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora). § 4º. Após a faixa de preservação permanente, conforme disposto na lei de parcelamento do solo do Município, complementar-se-ão as vias marginais de fundo de vale, devendo seguir as dimensões estabelecidas nesta lei. § 5º. Em áreas já consolidadas em data anterior à aprovação desta lei, a faixa de preservação permanente será de 50,00m (cinquenta metros) havendo um acesso de no mínimo 5,00m (cinco metros) de largura, sem necessidade de pavimentação asfáltica. § 6º. Os casos acima citados no parágrafo anterior serão aplicados, dentre outros locais. Art. 19. Vias locais destinam-se a servir diretamente os lotes urbanos, permitindo uma baixa velocidade de percurso. São caracterizadas por interseções em nível não semaforizadas, destinadas apenas ao acesso local ou a áreas restritas. § 1º. As vias locais deverão ter a dimensão mínima de 16,00m (dezois metros), sendo: I. Calçada: 3,00m (três metros) de cada lado; II. Faixa de Rolamento: 10,00m (dez metros). § 2º. São consideradas vias locais todas as demais vias da cidade, não citadas na presente Lei. § 3º. Nas vias locais, a velocidade máxima permitida será de 30 Km/h (trinta quilômetros por hora). § 4º. Serão admitidas vias locais de 13,00m (treze metros) de largura, desde que as mesmas tenham um comprimento máximo de 120m (cento e vinte metros), e estando interligadas com ruas de 15,00m (quinze metros) de largura. Art. 20. Ciclovias são as vias destinadas somente ao uso de ciclistas, podendo estar situadas em faixas de outras vias ou em vias exclusivas. § 1º. As ciclovias deverão ter dimensão mínima de 3,00m (três metros), devendo as mesmas serem bidirecionais. § 2º. As ciclovias serão implantadas, mediante elaboração de projeto específico nos locais abaixo descritos: I. Canteiro central de vias estruturais e arteriais; II. Marginais de linha de alta tensão; III. Áreas de lazer; IV. Em outras vias que se fizerem pertinentes. § 3º. A administração municipal poderá adotar quando necessário a demarcação de ciclofaixas unidirecionais de 2,00m (dois metros) ao longo das vias que demandam de área exclusiva para ciclistas.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA PAVIMENTAÇÃO Art. 21. Na elaboração de projetos para implantação e recuperação de pavimento deverá ser observada a hierarquia das vias estabelecida nesta lei quanto ao volume de tráfego em cada via, classificadas em: I. Tráfego pesado – fluxo diário superior a 400 veículos em uma direção; a) Rodovias de ligação regional; b) Rodovias de estruturação municipal; c) Vias arteriais; d) Tráfego médio – fluxo diário compreendido entre 50 a 400 veículos em uma direção; a) Vias coletoras; b) Vias locais; c) Tráfego leve – fluxo diário inferior que 50 veículos em uma direção; a) Vias locais; b) Vias de fundo de vale. Art. 22. As vias de trânsito a serem construídas de acordo com as especificações técnicas, sendo admitida a inclinação transversal (eixo da faixa ao meio fio) mínima de 0,5% e máxima de 3,0% e inclinação longitudinal mínima de 0,2% e máxima de 15%. Art. 23. O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer as Normas Técnicas específicas do DNER e ABNT. Art. 24. Os novos loteamentos deverão observar o traçado das vias projetadas conforme Anexo II e as diretrizes gerais estabelecidas pelo setor de planejamento do Poder Executivo nos etapas de Consulta Prévia. Art. 25. O prolongamento de vias já existentes não poderá ser inferior à largura dessas, mesmo que, pela sua função e posição sejam consideradas de classificação funcional inferior. CAPÍTULO V DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA Art. 26. É de responsabilidade do órgão competente de Planejamento do Poder Executivo Municipal, a elaboração dos projetos de sinalização viária, locação de carga e descarga e pontos de estacionamento regulamentados no que concerne:

I. Implantação de sinalização vertical e horizontal em toda a área urbana; II. A sinalização viária horizontal deve ser utilizada como função de organizar o fluxo de veículos e pedestres; controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos; complementar os sinais de regulamentação, advertência ou indicação, com a representação de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias; III. A sinalização viária vertical deve ser utilizada de acordo com suas funções de regulamentação, advertência ou indicação de lugares, sendo apropriada a cada situação como estabelecido pelo Código Nacional de Trânsito; IV. O estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos de carga e descarga e estacionamento de veículos deverão ser identificados em áreas de demanda e previamente de acordo com as regulamentações técnicas de: a) Estar localizada junto ao meio fio; b) Regulamentação da duração da parada; c) Regulamentação do período do dia em que as paradas são permitidas; d) Limitação do tamanho e capacidade dos veículos de carga; e) Estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos; VI. Os locais de estacionamento de taxis serão devidamente identificados em área de demanda através de sinalização horizontal e vertical, devendo utilizar o local somente os veículos destinados ao transporte em táxis e licenciados para a atividade. Parágrafo único. Em caso de novos empreendimentos, o interessado ficará responsável pela execução dos pontos de sinalização viária elaborado pelo órgão competente de Planejamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 27. Nas vias públicas próximas equipamentos comunitários de uso coletivo deverão ser previstas vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência, conforme a NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: I. Ter sinalização horizontal e vertical conforme Anexo V. II. Contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso do estacionamento paralelo, ou perpendicular ao meio fio, não sendo recomendável o compartilhamento em estacionamentos oblíquos; III. Estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos. Art. 28. Todas as sinalizações para pedestres deverão ser dotadas de comunicação visual em braile e sonora. Art. 29. A sinalização das vias públicas e vagas para estacionamento não de responsabilidade do Município, como estabelece o Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei Federal de nº 9.503/1997. Art. 30. Deve ser realizado projeto e intervenção viária para reforço de sinalização de trânsito em vias específicas da área urbana do Distrito Sede de Iporá: I. Na Avenida Presidente Castelo Branco com as Ruas Ary Barroso, SINOP e Avenida João XXIII; II. Na Avenida Padre Danilo Rossato e as vias de acesso ao Distrito Sede: Avenida João XXIII, Avenida 31 de março, Avenida Padre Danilo Rossato e outras indicadas no Mapa do Anexo II. Art. 31. O tráfego de charretes, carroças, trações, colheitadeiras, dentre outros similares deverá seguir normas específicas como: I. Não trafegar nas rodovias, à noite; II. Ser conduzidos pela direita da pista, bem junto ao acostamento e onde não houver acostamento, devem seguir as normas do Código de Trânsito Brasileiro; III. Devem possuir sinalização refletiva na parte traseira; IV. A circulação de equipamentos e maquinários pesados nas rodovias somente é permitida sobre a carroceria de caminhões e quando for o caso de se realizar a travessia de uma propriedade rural para outra, a manobra deve ser informada com antecedência ao Posto de Policiamento Rodoviário mais próximo, para o acompanhamento de segurança. capítulo vi Dos Passeios e Arborização Art. 32. As calçadas deverão obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos, sem prejuízo de outras determinações do órgão municipal competente, observadas as peculiaridades específicas: I. Todos as calçadas deverão ser dotadas de piso tátil; II. Fica permitido apenas um rebaixamento de meio-fio por lote de no máximo 3,50m (três vírgula cinquenta metros) de largura, para acesso de veículos. Tal rebaixamento não pode entrar em conflito com a NBR9050/2004 ou norma posterior que lhe altere. V. A instalação de mobiliários urbanos nas calçadas como: lixeiras, pontos de ônibus, bancos e arborização devem ser de forma a não atrapalhar o fluxo de pedestres, deixando uma área de passagem livre de pelo menos 1,20m (um metro e vinte centímetros). Parágrafo único. A manutenção dos passeios será de responsabilidade dos proprietários dos lotes, cabendo ao Executivo Municipal efetuar a fiscalização de acordo com o Código de Obras. Art. 33. Nas esquinas, após o ponto de tangência da curvatura deverá ser executada rampa para cadeirantes conforme as normas especificadas pela ABNT, NBR 9050/2004 e Anexo IV desta lei. Art. 34. A arborização urbana terá uma distância média entre si de 10,00m (dez metros), estando locada no terço externo do passeio com espécies adequadas, conforme orientações da concessionária de energia elétrica e Plano de Arborização Urbana. § 1º. Quando uma árvore necessitar ser arrancada, uma nova deverá ser plantada o mais próximo possível da anterior. § 2º. Em hipótese alguma poderá se deixar de plantar árvores em substituição às arrancadas, cabendo ao Executivo Municipal a fiscalização de acordo com o Código de Obras. § 3º. Os passeios desarborizados receberão novas mudas de acordo com o Plano de Arborização Urbana. § 4º. As árvores de porte médio deverão estar localizadas preferencialmente nos passeios onde não houver a rede elétrica aérea. § 5º. A vegetação utilizada em canteiros centrais, rotatórias e áreas próximas a cruzamentos não podem prejudicar a visibilidade dos motoristas e pedestres. CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 35. Em caso de descumprimento das normas estabelecidas nesta Lei, ao responsável pela conduta serão aplicadas sanções que poderão ser as seguintes, cumulativamente ou não: I. Multa em dinheiro; II. Obrigação de fazer ou de não fazer; III. Outras sanções previstas em Leis específicas. Parágrafo único. As sanções serão aplicadas pelo órgão competente de planejamento municipal, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Desenvolvimento. Art. 36. As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário deverão considerar a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano vigente na área ou zona, podendo ser efetuadas pelo Executivo Municipal, conforme projeto técnico do Conselho Municipal de Desenvolvimento. Art. 37. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação decorrente desta Lei serão apreciados pelo órgão competente de planejamento do Poder Executivo Municipal e pelo Conselho de Município de Desenvolvimento. Art. 38. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL DE IPORÁ, Estado do Paraná, aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze. CASSIO MURILLO TROVO HIDALGO PREFEITO MUNICIPAL

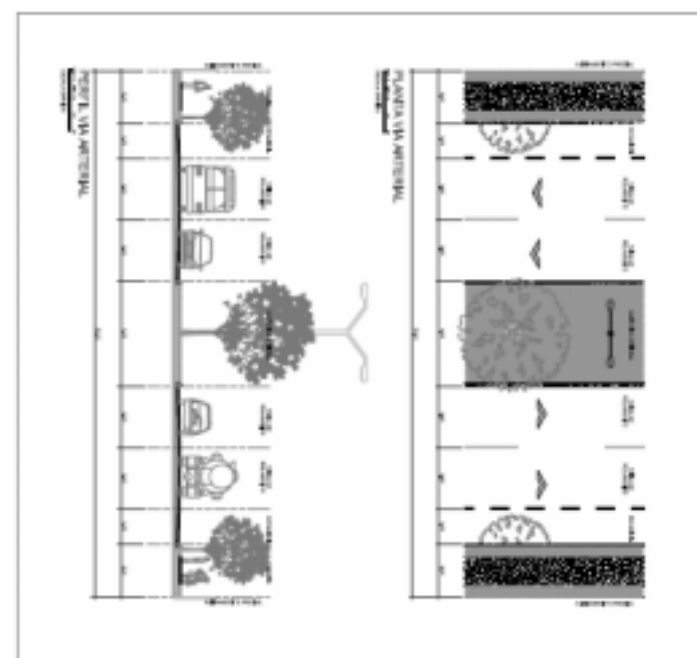
Anexo I - Mapa do Sistema Rodoviário Municipal de Iporá



Anexo II - Mapa do Sistema Viário Urbano do Distrito Sede de Iporá



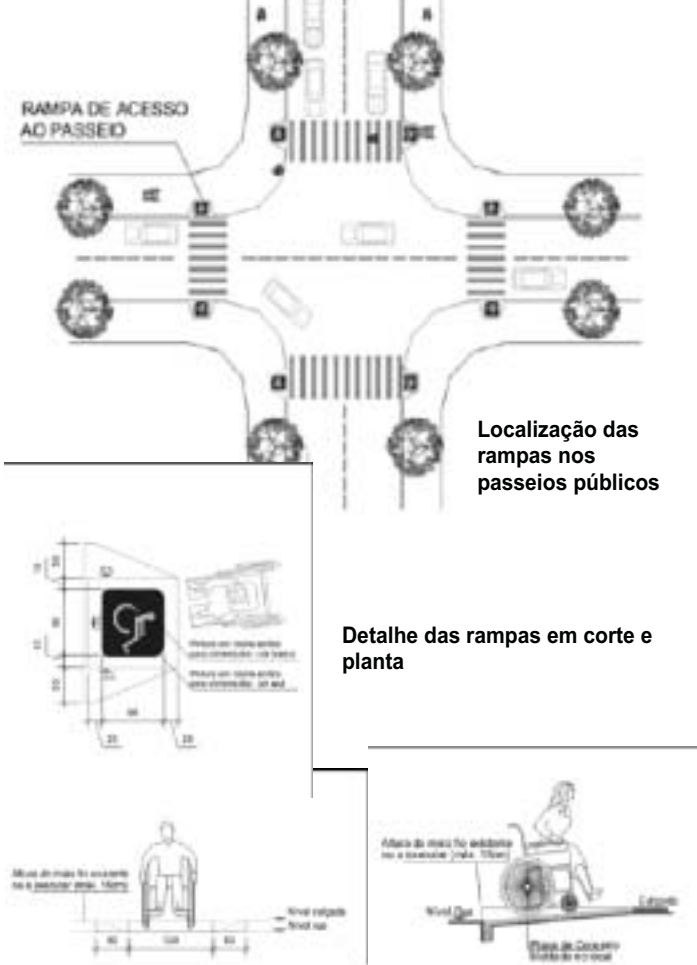
Anexo III - Modelo do Perfil das Vias



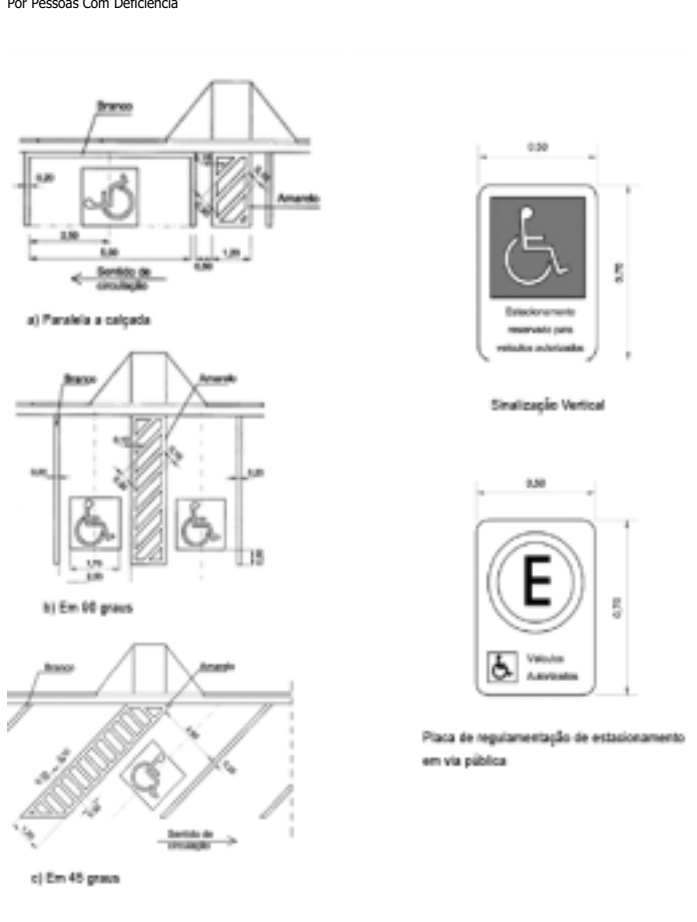
Anexo IV - Modelo de Rampa Para Cadeirantes



Anexo V - Modelo De Sinalização Para Vagas De Estacionamento De Veículos Que Conduzam ou São Conduzidos Por Pessoas Com Deficiência



Anexo V - Modelo De Sinalização Para Vagas De Estacionamento De Veículos Que Conduzam ou São Conduzidos Por Pessoas Com Deficiência



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 512/2011 DATA: 21 de Junho de 2011. SÚMULA: Homologa resultado do processo licitatório, Modalidade Pregão, nº 027/2011. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o Edital nº 01/2011 publicado pelo Preposto, Sr. Raquel dos Santos, DECRETA: Art. 1º Fica homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, nº 027/2011, adjudicado em favor da empresa ASSOCIAÇÃO DESAFIO JOVEM CANAÁ, que tem como objeto a contratação de empresa do ramo, para prestar serviços de recuperação física, psíquica e moral de pacientes toxicômano e/ou alcoólicas dependentes do município de Alto Paraíso, durante um período de 12 meses. Art. 2º Este decreto entrará em vigor nesta data. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 21 dias do mês de Junho de 2011. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 513/2011 DATA: 21 de Junho de 2011. Pregão Presencial n. 032/2011 A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizou no local e data abaixo, Certame Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a Contratação de uma Clínica Médica para prestação de serviços na área de clínica geral e enfermagem, a fim de realizar o atendimento no posto de saúde do Município de Alto Paraíso, de acordo com as condições particulares deste Edital, baseado nos dispositivos das Leis Federais nº 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 8:00 hs às 11:00 e 13:00 às 17:00 e no telefone (44)3664-1320, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93. LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal DATA: 06 – Julho - 2011 HORÁRIO: 09:30 hrs. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de Junho de 2011. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 513/2011 SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº 171, de 17 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 18 de dezembro de 2010, DECRETA: Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2011, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para reforço da seguinte dotação: Fonte de Recursos 01.001 – Recursos do Tesouro – Descentralizados 0100 – Câmara Municipal 0101 – Poder Legislativo 0103100012001000 Manutenção das Atividades Legislativas 10.000,00 0114/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente 10.000,00 Art. 2º. Para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º fica reduzida a seguinte dotação do orçamento vigente: PACO MUNICIPAL, 21 de Junho de 2011. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO Nº 031/2011 A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a Aquisição de materiais hospitalares e medicamentos para manutenção do Centro de Saúde, da Clínica da Mulher, do Posto de Saúde do Porto Figueira e do Posto de Saúde da Vila Rural, todos pertencentes ao Município de Alto Paraíso. Conforme itens/lotes constantes no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital, de acordo com as condições particulares deste Edital, baseado nos dispositivos das Leis Federais nº 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 8:00 hs às 11:00 e 13:00 às 17:00 e no telefone (44)3664-1320, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93. LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal DATA: 06 – Julho - 2011 HORÁRIO: 09:30 hrs. Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de Junho de 2011. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2011 Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/INF nº 01.954.049-15, com sede à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, localizada em Iporá, estado do Paraná, e a PREFEITA MUNICIPAL, Sra. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA, brasileira, casada, agente político, residente e domiciliada em nesta cidade de Alto Paraíso - PR, inscrita no RG sob nº 7.585.533-99, brasileira, inscrita no RG nº 7.785.294 SSP/PR, e no CPF Sob nº 888.587.300-91, PIS/PASEP 17012111842, residente e domiciliado na Rua Afânio Peixoto, 870, Centro, CEP: 87.540-339 na Cidade de Perola - PR, doravante denominado CONTRATADO. Considerando que, é de interesse da Administração Pública Municipal: Considerando que, o Funcionário ora Contratado, manterá os valores dos serviços, pelo o mesmo valor do seu contrato original; Considerando que não possuímos no quadro de funcionários da prefeitura municipal, funcionário concursado; Considerando que até o momento o concurso público não foi realizado; Considerando, a Anuência do Contratado; e enfim Considerando que existe saldo financeiro em dezembro de 2011, resolvem alterar o contrato nº 073/2011 como segue: CLAUSULA PRIMEIRA: Fica alterado a cláusula segunda do contrato nº 073/2011, prorrogado o prazo de vigência do contrato para 11/07/2011. CLAUSULA TERCEIRA: O presente termo de Aditivo deste contrato entrará em vigor a partir do dia 11/06/2011, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato nº 073/2011. E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente contrato, na presença de duas testemunhas: MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA, Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 10 dias de Junho de 2011. ELPIDIO EUCLIDES DE CARVALHO - CONTRATADO. Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ ERRATA No Aviso De Licitação Do Pregão Presencial Nº 030/2011, Onde Se Lê: EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, em 17 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 18 de dezembro de 2010, corrigido para: EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, AOS 13 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ PORTARIA Nº 258/2011 SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público. A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Art. 1º Conceder férias ao servidor, MARCELO GONÇALVES DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.083.758-7, ocupante do cargo de Provedor Etitivo do SERVENTE DE OBRAS, lotado na SECRETARIA DE SAÚDE, com período de autorização de 01/04/2011 a 01/04/2011, com fruição em 11/06/2011. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de junho de 2011. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DO PARANÁ PORTARIA Nº 261/2011 SÚMULA: Concede Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal. A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 2º, da Lei Complementar 028/2010, RESOLVE: Art. 1º – CONCEDER licença Paternidade ao servidor MARCELO JOSÉ GALVÃO, portador da cédula de identidade nº 9.891.394-0, ocupante do cargo de Provedor Etitivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar em 08/02/2011 a 08/03/2011. EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 dias do mês de junho de 2011. MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA Prefeita Municipal

SÚMULA DE RECEBIMENTO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA OPERAÇÃO A CHIAPETTI & CIA LTDA, torna-se publico que recebeu do IAP, A Renovação da Licença Operação para comércio por atacado de caminhões novos e usados e sistema técnica, implantado na Rodovia PR 323, Km 304, s/n, Gleba Figueira-Umuarama-Paraná. Validade 15/06/2017.